

# Coparentalidade e o Comportamento da Criança em Diferentes Configurações Familiares

Tatiane Medianeira Baccin Ambrós, Fernanda Machado Lopes, Tamires Dias dos Santos,  
Carolina Duarte de Souza, Mauro Luís Vieira

Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),  
Florianópolis, SC, Brasil

**Submissão:** 14 ago. 2023.

**Aceite:** 24 maio 2024.

**Editor de seção:** Maria Cristina Teixeira.

## Nota dos Autores

Tatiane M. B. Ambrós  <https://orcid.org/0000-0002-5387-0590>

Fernanda M. Lopes  <https://orcid.org/0000-0002-4853-7670>

Tamires D. Santos  <https://orcid.org/0000-0002-0097-3158>

Carolina D. Souza  <https://orcid.org/0000-0003-3555-1120>

Mauro L. Vieira  <https://orcid.org/0000-0003-0541-4133>

Financiamento: Este estudo contou com o financiamento do Instituto de Pesquisas de Variações Socioculturais (IPEVSC). A coautora Tatiane M. B. Ambrós foi bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq). A coautora Tamires D. Santos foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). O coautor Mauro Luís Vieira é bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (nº 306811/2019-7).

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas para Mauro L. Vieira, Universidade Federal de Santa Catarina, Rua Engenheiro Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade, Florianópolis, SC, Brasil. CEP 88040900. Email: [maurolvieira@gmail.com](mailto:maurolvieira@gmail.com)

### Resumo

A qualidade do relacionamento coparental repercute no comportamento infantil em diferentes configurações familiares. O presente estudo, de corte transversal e amostra selecionada sob critérios de conveniência, objetivou investigar efeitos preditores das dimensões coparentais sobre aspectos do comportamento da criança em famílias casadas e divorciadas. Os 344 participantes com filhos entre 3 e 11 anos (261 de famílias casadas e 83 de famílias divorciadas) responderam à Escala de Relacionamento Coparental e ao Questionário de Capacidades e Dificuldades. Os resultados, a partir de regressão linear múltipla, indicaram que a variável tipo de família (casada ou divorciada) não foi preditora de nenhuma variável do comportamento da criança nos modelos estatisticamente significativos. Na amostra geral, o acordo coparental teve efeito estatisticamente significativo na redução de todos os problemas de comportamento infantil e no aumento da pró-sociabilidade. Nas famílias casadas, o acordo coparental foi um preditor negativo de todos os problemas de comportamento infantil, exceto os sintomas emocionais. Nas famílias divorciadas, o acordo parental foi um preditor negativo em relação à hiperatividade, problemas externalizantes e dificuldades gerais. O conflito coparental foi um preditor positivo dos problemas de conduta e dificuldades da criança na amostra geral, e dos sintomas emocionais e problemas internalizantes nas famílias divorciadas. O reconhecimento da parentalidade foi um preditor negativo dos sintomas emocionais, problemas de relacionamento com os pares e problemas internalizantes somente nas famílias casadas. Portanto, conclui-se que as dimensões coparentais, principalmente o acordo e o conflito, impactam o comportamento infantil de forma distinta em famílias casadas e divorciadas.

*Palavras-chave:* comportamento infantil, relações familiares, estrutura familiar, núcleo familiar, divórcio

## COPARENTING AND CHILD BEHAVIOR IN DIFFERENT FAMILY CONFIGURATIONS COPARENTING AND CHILD BEHAVIOR

### Abstract

The quality of coparental relationship impacts child behavior across different family configurations. The present study, which is cross-sectional and employed a convenience sampling method, aimed to investigate the predictive effects of coparental dimensions on aspects of child behavior in both married and divorced families. A total of 344 participants with children aged between 3 and 11 years (261 from married families and 83 from divorced families) completed the Coparenting Relationship Scale and the Strengths and Difficulties Questionnaire. Results from multiple linear regression indicated that family type (married or divorced) was not a predictor of any child behavior variables in statistically significant models. In the overall sample, coparental agreement significantly reduced all child behavior problems and increased prosocial behavior. In married families, coparental agreement negatively predicted all child behavior problems except emotional symptoms. In divorced families, coparental agreement was a negative predictor of hyperactivity, externalizing problems, and overall difficulties. The coparental conflict variable positively predicted conduct problems and child difficulties in the overall sample, as well as emotional symptoms and internalizing problems in divorced families. Recognition of coparental parenting negatively predicted emotional symptoms, peer relationship problems, and internalizing problems only in married families. Therefore, it is concluded that coparental dimensions, particularly agreement and conflict, impact child behavior differently in married and divorced families.

*Keywords:* child behavior, family relations, family structure, nuclear family, divorce

## COPARENTALIDAD Y COMPORTAMIENTO INFANTIL EN DIFERENTES CONFIGURACIONES FAMILIARES COPARENTALIDAD Y CONDUCTA INFANTIL

### Resumen

La calidad de la coparentalidad afecta el comportamiento infantil en diversas estructuras familiares. El estudio actual, que es transversal y empleó un método de muestreo por conveniencia, tuvo como objetivo investigar los efectos predictivos de las dimensiones coparentales en los aspectos del comportamiento infantil en familias tanto casadas como divorciadas. En total, 344 participantes con hijos de 3 a 11 años (261 de familias casadas y 83 de divorciadas) completaron la Escala de Relación Coparental y el Cuestionario de

Capacidades y Dificultades. Los resultados de la regresión lineal mostraron que el tipo de familia (casada o divorciada) no predijo el comportamiento infantil en modelos significativos. En general, un acuerdo coparental significativo se relaciona con menos problemas de comportamiento y más comportamiento prosocial. En familias casadas, el acuerdo coparental fue un predictor negativo de todos los problemas de comportamiento, excepto los emocionales. En familias divorciadas, el acuerdo se relaciona con menos hiperactividad, problemas de conducta y dificultades generales. El conflicto coparental fue un predictor positivo de los problemas de comportamiento y dificultades del niño en la muestra general y de los síntomas emocionales y problemas internalizados en las familias divorciadas. El reconocimiento de la parentalidad fue un predictor negativo de los síntomas emocionales, problemas de relacionamiento con los pares y problemas internalizados solamente en las familias casadas. Por tanto, se concluye que las dimensiones coparentales, principalmente el acuerdo y el conflicto, impactan el comportamiento infantil de manera diferente en familias casadas y divorciadas.

*Palabras clave:* conducta infantil, relaciones familiares, estructura familiar, núcleo familiar, divorcio

A coparentalidade é identificada em estudos empíricos como um preditor robusto de ajustamento infantil tanto em famílias casadas como em contexto de divórcio (Karberg & Cabrera, 2020; Lamela & Figueiredo, 2016). Conforme o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade proposto por Feinberg (2003), o relacionamento coparental tem papel de centralidade na mediação entre a conjugalidade, o relacionamento entre a figura parental e o(a) filho(a), e o ajustamento das crianças. Assim, de acordo com essa teoria, uma relação coparental de boa qualidade, permeada de altos índices de fatores positivos, como suporte e acordo coparental, e baixos índices de conflito e sabotagem coparental pode ser considerada um fator protetivo que modera a relação entre fatores de risco e o ajustamento familiar (Campbell, 2023).

Este artigo teve como foco as famílias casadas e as divorciadas. Entretanto, sabe-se que o subsistema coparental pode ser composto por outras configurações, independentemente do gênero, orientação sexual ou laço biológico com a criança, desde que esses adultos assumam a função e a responsabilidade de compartilhar a criação dela (McHale & Sirotkin, 2019). Isso porque, para o modelo proposto por Feinberg (2003), a coparentalidade existe independentemente da estrutura familiar e corresponde à troca entre dois ou mais adultos que são corresponsáveis pela criação e decisão sobre a vida da criança.

A família contemporânea vem passando por transformações em sua organização, dinâmica e configuração, conforme as diversas mudanças históricas e sociais na sociedade ocidental (Raley & Sweeney, 2020). A crescente inserção da mulher no mercado de trabalho (Baltar & Omizzolo, 2020) e o maior envolvimento do homem na criação dos filhos (Backes et al., 2018) são aspectos que impactam a vivência cotidiana da coparentalidade nas famílias. E, embora a família biparental, ou seja, composta pelo casal com filhos, ainda seja a principal configuração familiar encontrada no Brasil, constata-se a diminuição de sua prevalência, caindo de 50,1% do total dos arranjos familiares em 2005 para 42,3% em 2015 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016). O que aponta para a relevância em pesquisar a coparentalidade não apenas em famílias biparentais (Campbell, 2023), mas também em outras configurações familiares (McHale & Sirotkin, 2019), uma vez que as dinâmicas familiares se diferenciam conforme o contexto.

Em paralelo à diminuição das famílias biparentais, o número de divórcios tem crescido no Brasil, principalmente entre pessoas com filhos, crianças e adolescentes (55,8% do total de divórcios em 2021) (IBGE, 2021). Também há um aumento significativo no número de famílias binucleares, formadas por dois núcleos, administrados cada um por uma figura parental e que não possuem o fator da conjugalidade (relacionamento afetivo íntimo entre os pais) nas interações familiares, com um salto de 7,5% para 34,5% na proporção de divórcios com a guarda compartilhada dos filhos entre 2014 e 2021 no país (IBGE, 2021). Esses dados apontam para a importância de compreender como ocorre a dinâmica coparental em famílias binucleares decorrentes de divórcio. Parece que o aumento nesse tipo de configuração familiar no Brasil está relacionado à promulgação da Lei 13.058, de 22/12/2014, que priorizou a guarda compartilhada no contexto de divórcio, quando ambos os pais são considerados capazes e desejam exercer a

parentalidade, mesmo que não haja acordo entre eles (IBGE, 2021). A guarda compartilhada pode ser benéfica para o sistema familiar, especialmente para os filhos, por proporcionar maior convivência com ambos os pais. Esse tipo de guarda torna compulsória a existência de uma dinâmica coparental, mesmo em face do conflito parental (Staudt & Wagner, 2019).

Uma revisão integrativa da literatura sobre a experiência dos filhos com a guarda compartilhada, após o divórcio dos pais (Staudt & Wagner, 2019), apontou que alguns estudos salientaram que esse tipo de guarda pode ser um fator de risco para os filhos quando: 1) existia elevado conflito interparental, 2) era utilizada como mecanismo de controle e perpetuação da violência doméstica vivenciada pela mulher durante o casamento, e 3) também por manter uma instabilidade na rotina das crianças, de modo a dificultar o exercício da parentalidade. Entretanto, muitos estudos citados na revisão mencionada apontaram benefícios da guarda compartilhada para os filhos com melhores desfechos desenvolvimentais no que se refere à autoestima, desenvolvimento emocional e comportamental. A qualidade da parentalidade e da coparentalidade pré-divórcio se apresentou como preditoras de uma guarda compartilhada satisfatória para os filhos. Desse modo, as autoras concluem não haver um modelo ideal de guarda, pois cada família possui seu contexto com particularidades que são mais importantes do que o arranjo familiar em si (Staudt & Wagner, 2019).

A dissolução conjugal pode ser um período estressante não só para os adultos, mas também para os filhos, pois as crianças podem ter dificuldades em lidar com os fatores estressores da separação, principalmente em situações de conflito interparental, que acabam por desencadear reações emocionais como o medo e a raiva (Roseiro et al., 2020). Por esse motivo, Roseiro et al. (2020) recomendam orientar os pais em situação de divórcio a manter uma coparentalidade cooperativa, a fim de minimizar os impactos emocionais da ruptura familiar no desenvolvimento infantil.

Uma análise de registros de separação judicial na Espanha, realizada por Jiménez-García et al. (2019), constatou que o número de crianças com problemas comportamentais, emocionais e acadêmicos era mais elevado em famílias em que a coparentalidade era prejudicada pela falta de comunicação e cooperação entre os pais após o divórcio. Em comparação, nas famílias nas quais os pais mantinham uma coparentalidade positiva mesmo após a separação, esse número era menor. Esse resultado vai ao encontro da revisão sistemática de Ambrós et al. (2022) com estudos de pais em situação de divórcio ao concluir que uma relação coparental conflituosa resultava em efeitos negativos para o comportamento das crianças, mesmo quando havia boa comunicação e apoio coparental.

O estudo realizado por Schrodtt e Afifi (2019) com famílias casadas e divorciadas indicou que uma comunicação coparental de apoio se associou a níveis mais elevados de satisfação e proximidade nas famílias, enquanto uma comunicação coparental hostil se associou a níveis mais baixos desses aspectos para ambas as configurações familiares. Isso indica que os efeitos do tipo de comunicação coparental no contexto familiar extrapolam o tipo de configuração familiar.

Independentemente da configuração familiar, as dimensões negativas da coparentalidade: 1) conflito – desentendimentos e discussões entre os pais que ocorrem na presença dos(as) filhos(as) (McHale et al., 2004) e desacordos sobre a criança, em que podem acontecer situações hostis e tentativas de dificultar a parentalidade da dupla (Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001); 2) sabotagem – minar a dupla em seu papel parental (Feinberg, 2003; McHale et al., 2004); e 3) triangulação – quando um dos pais exclui a dupla coparental da dinâmica familiar ao inserir a criança nos conflitos parentais e formar uma aliança com a criança contra a outra figura parental, podem ser fatores de risco para o comportamento infantil (Margolin et al., 2001).

Nesse sentido, na meta-análise realizada por Zhao et al. (2022), o conflito, a sabotagem e a triangulação coparental se apresentaram associados a maiores níveis de problemas de externalização nos filhos – desregulações comportamentais como agressividade, hiperatividade (Hentges et al., 2021) e problemas de conduta (dificuldades de autocontrole das emoções e do comportamento) (American Psychiatric Association, 2013) – e de internalização – dificuldades emocionais e de humor como depressão e ansiedade.

Ademais, baixos índices de coparentalidade positiva também são considerados fatores de risco para o desenvolvimento infantil, pois estariam associados a mais problemas internalizantes e externalizantes em crianças e adolescentes (LeRoy et al., 2013; Murphy et al., 2016). A satisfação com a relação coparental, por outro lado, pode ser um fator de proteção para o desenvolvimento infantil, conforme as revisões supracitadas. Isso porque o apoio coparental esteve relacionado à melhora significativa no ajustamento psicológico infantil e, conseqüentemente, nas relações familiares, conforme indicou o estudo de Ambrós et al. (2022). Além disso, a cooperação coparental – quantidade de suporte, reconhecimento da parentalidade da dupla coparental e compartilhamento de atribuições e encargos que permitem acessibilidade ao(a) filho(a) oferecida pelos pais (Margolin et al., 2001) – e a integração familiar – comportamento parental na presença da criança para incluir a dupla coparental para que a criança perceba a união familiar (McHale et al., 2004) – foram atenuantes dos problemas de externalização e de internalização (Zhao et al., 2022) das crianças. Assim, a coparentalidade positiva está associada a menores índices de problemas de comportamento em geral, de internalização e de externalização em crianças, adolescentes e jovens adultos (Choi et al., 2019; Favez et al., 2019; Lamela et al., 2016; Schrodt & Afifi, 2018), sendo que a cooperação coparental também foi positivamente relacionada ao comportamento pró-social (promoção do bem-estar de outras pessoas) (Pfattheicher et al., 2022) da criança (Lam et al., 2018; Scrimgeour et al., 2013).

No contexto nacional, a coparentalidade negativa é considerada um fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias nos filhos em três estudos (Mosmann et al., 2017, 2018; Machado & Mosmann, 2019). A pesquisa de Mosmann et al. (2017) com pais e mães de famílias biparentais de crianças e adolescentes evidenciou que a competição coparental, a exposição do filho ao conflito coparental, a prática parental de intrusividade, a baixa aprovação coparental e a supervisão do comportamento foram preditoras dos sintomas externalizantes nos filhos. No caso dos sintomas internalizantes, a predição esteve relacionada de forma negativa com a

adaptabilidade conjugal e a aprovação coparental. Por outro lado, a dimensão coparental de reconhecimento da parentalidade da dupla (modo como um dos pais apoia e reconhece positivamente o exercício da função parental do outro) foi um preditor para a diminuição dos problemas de internalização e externalização dos filhos.

Na segunda pesquisa (Mosmann et al., 2018), realizada também com pais e mães de famílias biparentais, por meio de análise estatística, foram identificadas as dimensões negativas da relação conjugal e parental (conflito conjugal, competição coparental, prática parental de intrusividade e exposição do filho ao conflito coparental) como discriminantes dos filhos com sintomas clínicos. Por outro lado, o principal fator na amostra de filhos sem sintomas psicológicos foi o acordo coparental.

E, por fim, o terceiro estudo (Machado & Mosmann, 2019), realizado com adolescentes, indicou que a regulação emocional dos filhos possui um papel mediador da associação entre dimensões negativas da coparentalidade (triangulação e conflito coparental) e os problemas de internalização dos adolescentes.

Ainda no contexto brasileiro, Weber et al. (2021) analisaram as percepções da coparentalidade de pais separados com a guarda compartilhada dos filhos e constataram uma continuidade na qualidade do relacionamento coparental nos momentos pré e pós-divórcio. As famílias que relataram não ter desenvolvido uma coparentalidade funcional após a dissolução conjugal já não apresentavam qualidade satisfatória na relação coparental quando os pais ainda estavam casados. Isso pode indicar que, quando o casal enfrenta dificuldades para gerenciar as responsabilidades em relação aos filhos, é provável que essas dificuldades persistam após o divórcio.

Desse modo, as pesquisas brasileiras encontradas na literatura sobre coparentalidade e comportamento da criança vão ao encontro dos resultados de estudos internacionais, mas ainda não são suficientes para elucidar as relações entre essas variáveis em diferentes configurações familiares, como apontado por revisões de literatura realizadas por pesquisadores brasileiros. Fidelis et al. (2022), em revisão de literatura sobre relações entre coparentalidade, conjugalidade e parentalidade alertam para a necessidade de enriquecimento na produção de pesquisas sobre coparentalidade no contexto brasileiro, dada a escassez de dados na literatura, com apenas um estudo nacional incluído na amostra. Esse fato também foi constatado por Souza et al. (2020) em revisão sistemática da literatura sobre coparentalidade e envolvimento parental em famílias binucleares, assim como na revisão sistemática produzida por Ambrós et al. (2022) sobre coparentalidade e comportamento da criança no contexto do divórcio.

Ademais, dentre os estudos nacionais, não foram investigadas dimensões positivas do comportamento dos filhos, como a pró-sociabilidade. A mensuração dessa variável torna-se importante uma vez que pode estar associada a melhores desfechos desenvolvimentais em crianças e adolescentes, sendo um fator de proteção em face de problemas comportamentais (Knafo-Noam, 2015).

Além disso, uma lacuna constatada na área relacionada com as configurações familiares é a divergência de instrumentos de pesquisas e os métodos de análise dos dados. Foram

identificados apenas dois estudos internacionais que investigaram concomitantemente mais de uma configuração familiar com os mesmos instrumentos de pesquisa e métodos de análises de resultados (Schrodt & Afifi, 2018, 2019). Isso dificulta a compreensão sobre as similitudes e diferenças existentes no relacionamento coparental e seus efeitos sobre o comportamento da criança em famílias casadas e divorciadas, o que, por sua vez, pode dificultar a elaboração de intervenções e políticas públicas mais efetivas para promoção de uma coparentalidade adequada que propicie um ajustamento infantil.

Sendo assim, o presente estudo poderá contribuir com as lacunas identificadas na literatura para a compreensão das relações entre coparentalidade e comportamento da criança em diferentes configurações familiares, uma vez que a coparentalidade desempenha um papel fundamental no comportamento das crianças. Nesse sentido, a realização deste estudo justifica-se pela relevância de investigar se o tipo de configuração familiar prediz o comportamento da criança e quais os diferentes efeitos que a coparentalidade exerce no comportamento infantil. A compreensão das diferenças na coparentalidade entre famílias casadas e divorciadas, e suas implicações no comportamento infantil, é fundamental para desenvolver estratégias de apoio e intervenção eficazes, que visem promover o bem-estar das crianças em diferentes contextos familiares.

Para tanto, objetivou-se investigar os efeitos preditores da coparentalidade (acordo, apoio, divisão de tarefas, sabotagem, exposição ao conflito, reconhecimento da parentalidade da dupla) e da configuração familiar (famílias casadas e divorciadas) para as dimensões comportamentais da criança (hiperatividade, sintomas emocionais, problemas de conduta, problemas de relacionamento com os pares, comportamentos externalizantes e internalizantes e comportamento pró-social).

O modelo teórico que embasa este estudo é o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003), cujos aspectos contextuais já foram apresentados no início da introdução. Cabe aqui apresentar a estrutura interna desse construto, composta por quatro dimensões que interagem recursivamente com outros fatores individuais, familiares e extrafamiliares num contexto ecológico (Feinberg, 2003). A primeira dimensão, denominada acordo/desacordo nas práticas parentais, é referente ao entendimento entre os pais em relação à criança sobre valores, educação, cuidado e necessidades infantis. A dimensão divisão das tarefas está relacionada à partilha dos cuidados na rotina diária da criança, divisão das responsabilidades e assuntos financeiros, médicos e legais, e também partilha das tarefas domésticas. O suporte/sabotagem ao papel parental da dupla coparental consiste na forma com que um adulto valoriza ou sabota as práticas parentais do outro, e reconhece a parentalidade da dupla. E a dimensão gerenciamento conjunto das interações familiares se concentra na interação entre os adultos, incluindo o modo como os pais gerem os seus próprios comportamentos, como estabelecem a comunicação familiar e administram as interações triádicas ou maiores, e avaliam a presença e a intensidade de conflitos entre a dupla coparental.

Com base nos estudos supracitados, hipotetiza-se que a configuração familiar não é preditora do comportamento da criança, mas as dimensões coparentais positivas (acordo coparental; divisão do trabalho; suporte coparental; reconhecimento da parentalidade da dupla coparental) predizem negativamente os problemas de comportamento da criança (sintomas emocionais, hiperatividade, problemas de conduta, problemas de relacionamento com os pais, problemas internalizantes, problemas externalizantes e dificuldades totais) e predizem positivamente o comportamento pró-social infantil nas famílias casadas e nas divorciadas; no entanto, as dimensões coparentais negativas (sabotagem coparental e exposição a conflito) predizem positivamente os problemas de comportamento e negativamente a pró-sociabilidade nas crianças, nas duas configurações familiares.

### **Método**

#### **Delineamento**

Trata-se de um estudo com desenho transversal e amostra selecionada sob critérios de conveniência.

#### **Participantes**

No total, participaram do estudo 344 famílias brasileiras com filhos entre 3 e 11 anos, que também foram avaliadas em dois grupos por tipo de configuração familiar: famílias casadas e divorciadas. A maioria dos participantes se declarou de etnia branca, com alto nível de escolaridade, com filhas meninas, como pode ser observado na Tabela 1 de caracterização da amostra.

**Tabela 1***Caracterização das variáveis sociodemográficas dos pais e das crianças*

Amostra	IDADE M (DP)	Figura parental					
		Parentesco		Etnia			
		Mãe n (%)	Pai n (%)	Branca n (%)	Parda n (%)	Preta n (%)	Amarela n (%)
Geral (n = 344)	37,75 (5,89)	285 (82,8)	59 (17,2)	276 (80,2)	47 (13,7)	18 (5,2)	03 (0,9)
Famílias casadas (n = 261)	37,88 (5,72)	214 (82,0)	47 (18,0)	203 (77,8)	40 (15,3)	15 (5,7)	03 (1,1)
Famílias divorciadas (n = 83)	37,36 (6,40)	71 (85,5)	12 (14,5)	73 (88,0)	07 (8,4)	03 (3,6)	-

  

	Nível de escolaridade dos participantes n (%)				
	Fundamental	Médio	Técnico	Graduação	Pós-graduação
Geral	07 (2,0)	55 (16,0)	09 (2,6)	84 (24,4)	189 (55,0)
Famílias casadas	03 (1,1)	37 (14,2)	07 (2,7)	60 (23,0)	154 (59,0)
Famílias divorciadas	04 (4,8)	18 (21,7)	02 (2,4)	24 (28,9)	35 (42,2)

  

	Idade da criança		Sexo da criança	
	M (DP)	Feminino n (%)	Masculino n (%)	
Geral	6,28 (2,495)	184 (53,5)	160 (46,5)	
Famílias casadas	6,17 (2,473)	137 (52,5)	124 (47,5)	
Famílias divorciadas	6,65 (2,544)	47 (56,6)	36 (43,4)	

Nota: M = média; DP = desvio padrão.

Os critérios de inclusão dos participantes foram: (a) ser pai ou mãe, casado ou divorciado, com pelo menos um filho ou filha com idade entre 3 e 11 anos, 11 meses e 29 dias e com desenvolvimento típico; (b) ter tido a criança focal após seus 18 anos; (c) residir em território brasileiro; (d) coabitar há pelo menos seis meses no caso dos respondentes casados; (e) estar divorciado há pelo menos seis meses e exercer a coparentalidade no caso dos respondentes divorciados. O grupo de participantes de famílias casadas relataram serem casados ou coabitarem com a outra figura parental da criança. Já o grupo de participantes de famílias divorciadas relataram não coabitar com a outra figura parental da criança por divórcio ou separação informal. Os critérios de exclusão da amostra foram: participantes que não responderam por completo aos instrumentos utilizados nesta pesquisa, que não estavam residindo no país, que tinham filhos com desenvolvimento atípico, e que se tornaram pais antes de completar 18 anos, uma vez que esses aspectos podem influenciar o exercício da coparentalidade.

## Instrumentos

Para a coleta de dados, os seguintes instrumentos foram utilizados:

1) Escala de Relacionamento Coparental (Coparenting Relationship Scale – CRS): avalia coparentalidade, criada por Feinberg et al. (2012) e adaptada culturalmente para o português do Brasil por Carvalho et al. (2018). Foram utilizadas seis das sete subescalas do instrumento: a) Acordo coparental; b) Divisão do trabalho; c) Suporte coparental; d) Reconhecimento da parentalidade da dupla coparental; e) Sabotagem coparental; f) Exposição a conflitos. A subescala de Proximidade coparental não foi utilizada neste estudo por ser um fator que avalia a intimidade do casal, não sendo recomendado o seu uso em famílias divorciadas (Lamela et al., 2016). Os participantes respondem cada item em uma escala de sete pontos que varia de não verdadeiro (0) a completamente verdadeiro (6), exceto para a subescala Exposição ao conflito, na qual as categorias de resposta variam de nunca (0) a muito frequentemente (6). Os índices de fidedignidade das dimensões neste estudo foram: (a) Acordo coparental ( $\alpha=0,80$ ); (b) Divisão do trabalho ( $\alpha=0,33$ ); (c) Suporte coparental ( $\alpha=0,91$ ); (d) Reconhecimento da parentalidade da dupla coparental ( $\alpha=0,89$ ); (e) Sabotagem coparental ( $\alpha=0,82$ ); e (f) Exposição a conflitos ( $\alpha=0,86$ ).

2) Questionário de Capacidades e Dificuldades (Strengths and Difficulties Questionnaire – SDQ) (Goodman, 1997, 2001): constituído por 25 itens divididos em cinco subescalas. As quatro subescalas de dificuldades da criança podem indicar um índice total de problemas de comportamento da criança, ou ainda apontar problemas de comportamento internalizantes pela soma dos fatores de sintomas emocionais e de problemas no relacionamento com pares; e problemas de comportamento externalizantes por meio das escalas de problemas de conduta e hiperatividade. Por fim, a quinta subescala avalia o comportamento pró-social da criança. O questionário foi respondido pelos pais por meio de uma escala *Likert* de três pontos variando entre falso (1), mais ou menos verdadeiro (2) e verdadeiro (3) para os comportamentos da criança nos últimos seis meses. Foi utilizada a versão brasileira do SDQ (Fleitlich et al., 2000). Os índices de fidedignidade do SDQ com a população do presente estudo foram: sintomas emocionais ( $\alpha=0,58$ ); problemas de conduta ( $\alpha=0,72$ ); hiperatividade ( $\alpha=0,81$ ); problemas no relacionamento com pares ( $\alpha=0,61$ ); comportamento pró-social ( $\alpha=0,62$ ), dificuldades totais da criança ( $\alpha=0,83$ ); problemas externalizantes ( $\alpha=0,85$ ); e problemas internalizantes ( $\alpha=0,69$ ).

3) Questionário Sociodemográfico: foi utilizado para aferir variáveis de contexto de cada participante, composto por questões abertas e de múltipla escolha sobre idade, sexo, etnia e escolaridade dos pais; caracterização, composição, renda da família e sexo, idade, filiação, ano de escolarização e etnia do(a) filho(a).

## Procedimentos éticos e coleta de dados

Esta pesquisa se insere no projeto guarda-chuva intitulado “Parentalidade e desenvolvimento socioemocional infantil II”, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob o protocolo CAAE 31205420.4.0000.0121. A pesquisa atendeu à resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016, do

Conselho Nacional de Saúde (CNS). Devido à pandemia de Covid-19, a pesquisa foi realizada em ambiente virtual, via plataforma SurveyMonkey, mediante um *link* personalizado de acesso aos instrumentos. Primeiramente, os participantes precisavam aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informar um *e-mail* para posterior devolutiva. A pesquisa foi divulgada pelas redes sociais, em canais institucionais e pelo método bola de neve, e teve sua coleta realizada entre os anos de 2020 e 2022.

### **Análise dos dados**

Os dados foram exportados e analisados por meio do programa estatístico SPSS versão 20.0. Para a caracterização dos fenômenos, foram realizadas análises estatísticas descritivas univariadas (média e desvio padrão). A fidedignidade dos questionários, escalas e subescalas foi mensurada por meio do Alfa de Cronbach.

Para o alcance do objetivo deste estudo foram utilizados modelos de análises de regressões lineares múltiplas com nível de percepção de cada dimensão de comportamento da criança (sintomas emocionais, hiperatividade, problemas de conduta, problemas de relacionamento com os pares, problemas internalizantes, problemas externalizantes, dificuldades totais e comportamento pró-social) como desfecho e as dimensões da coparentalidade (acordo coparental, conflito, reconhecimento da parentalidade da dupla coparental, divisão de tarefas, suporte coparental e sabotagem coparental) e a configuração familiar (famílias casadas e divorciadas) como preditoras na amostra geral. De modo que foram testados oito modelos na amostra geral. Ainda, os mesmos modelos foram testados para cada configuração familiar (subtraindo essa variável como preditora) visando determinar quais dimensões da coparentalidade seriam preditoras das dimensões comportamentais da criança em cada grupo de participantes (pais/mães casados e divorciados). Os ajustes de todos os modelos foram avaliados por meio do teste ANOVA e a contribuição de cada variável do modelo foi verificada por meio do coeficiente beta; o nível de significância adotado neste estudo foi de 0,05.

### **Resultados**

Todos os modelos de regressão linear múltipla aqui apresentados foram criados e testados com todas as dimensões da coparentalidade (acordo coparental, divisão do trabalho, suporte coparental, reconhecimento da parentalidade da dupla coparental, sabotagem coparental e exposição a conflitos) como preditoras de cada dimensão do comportamento da criança como desfecho na amostra geral, nas famílias divorciadas e nas famílias casadas. Para melhor visualização dos dados, optou-se por apresentar nas tabelas apenas as variáveis independentes que indicaram predição estatisticamente significativa para os modelos. Primeiramente serão apresentados os modelos de regressão múltipla das dimensões comportamentais das crianças da amostra geral; em seguida, será a subamostra de participantes de famílias divorciadas; e, por fim, o modelo com os participantes de famílias casadas.

### **Predição do comportamento infantil pela configuração familiar e pela coparentalidade**

Ao analisar os participantes em sua totalidade, todos os modelos de predição das dimensões de comportamento da criança, por meio das análises de regressão linear múltipla, com as seis dimensões de coparentalidade e a configuração familiar como variáveis independentes, foram estatisticamente significativos. Mais especificamente, o acordo coparental foi preditor negativo de todas as dimensões de problemas de comportamento da criança e a única variável preditora positiva do comportamento pró-social da criança (Tabela 2). Ainda que pese o poder preditor positivo da variável conflito coparental para os problemas de conduta da criança e para as dificuldades totais, a força de predição do acordo coparental foi maior. Além disso, o coeficiente de variância explicada ( $R^2$  ajustado), que determina quanto as variáveis preditoras explicam as variáveis desfecho, mostra que as dimensões de coparentalidade e a configuração familiar em conjunto explicaram 5,9% dos sintomas emocionais; 11,3% dos problemas de conduta; 10,9% da hiperatividade; 11,0% dos problemas de relacionamento com pares; 19,4% das dificuldades totais da criança; 4,1% do comportamento pró-social, 14,1% dos problemas externalizantes e 11,6% dos problemas internalizantes.

Pode-se observar que o tipo de configuração familiar (casada ou divorciada) não foi fator preditivo em si para o comportamento da criança, assim como as dimensões de reconhecimento da parentalidade da dupla coparental, sabotagem, divisão de tarefas e suporte coparental, na amostra geral.

**Tabela 2**

*Variáveis estatisticamente significativas da coparentalidade e configuração familiar predictoras dos comportamentos da criança na amostra geral*

Variável dependente	Variáveis predictoras do modelo	Beta	P	R <sup>2</sup> ajustado	F (gl;gl)p
Sintomas emocionais	Tipo de família	-0,124	0,059	0,059	F(6;337)=4,561***
	Acordo coparental	-0,179	0,027*		
Problemas de conduta	Tipo de família	-0,093	0,148	0,113	F(6;337)=8,253***
	Conflito coparental	0,126	0,038*		
Hiperatividade	Acordo coparental	-0,321	0,000***	0,109	F(6;337)=8,072***
	Tipo de família	-0,071	0,266		
Problemas de relacionamento com pares	Acordo coparental	-0,342	0,000***	0,110	F(6;337)=7,994***
	Tipo de família	-0,042	0,515		
Dificuldades da criança	Conflito coparental	-0,233	0,003**	0,194	F(6;337)=14,747***
	Acordo coparental	-0,115	0,059		
Comportamento pró-social	Conflito coparental	0,116	0,045*	0,041	F(6;337)=3,423**
	Acordo coparental	-0,385	0,000***		
Problemas externalizantes	Tipo de família	0,051	0,443	0,141	F(6;337)=10,361***
	Acordo coparental	0,212	0,009**		
Problemas internalizantes	Tipo de família	-0,091	0,148	0,116	F(6;337)=8,533***
	Acordo coparental	-0,333	0,000***		
	Tipo de família	-0,103	0,108		
	Acordo coparental	-0,244	0,002**		

Nota: Beta = Coeficiente de regressão padronizado; p = Significância estatística; R<sup>2</sup> ajustado = Coeficiente de regressão ajustado; F = ANOVA; gl = graus de liberdade.

\* p ≤ 0,050; \*\* p ≤ 0,001 \*\*\*p < 0,000

### **Predição do comportamento infantil pela coparentalidade em famílias divorciadas e casadas**

Na análise com a amostra de participantes das famílias divorciadas, também se destaca o poder preditor negativo da variável acordo coparental para a hiperatividade, dificuldades totais da criança e dos problemas externalizantes, mas em modelos que não apresentaram bons ajustes, exceto no de dificuldades totais do filho(a) (Tabela 3). Entretanto, o conflito coparental se destacou como preditor que contribui para o aparecimento de sintomas emocionais e problemas internalizantes da criança em modelos de análise com bom ajuste. Em relação ao coeficiente de variância explicada (R<sup>2</sup> ajustado), as dimensões de coparentalidade e a configuração familiar em conjunto explicaram 8,8% dos sintomas emocionais das crianças, 10,8% das dificuldades totais e 10,4% dos problemas internalizantes. Novamente as dimensões de reconhecimento da parentalidade da dupla coparental, sabotagem, divisão de tarefas e suporte coparental não foram fatores preditivos para o comportamento da criança nas famílias divorciadas.

**Tabela 3**

*Variáveis coparentais estatisticamente significativas predictoras dos comportamentos da criança na amostra de famílias divorciadas*

Variável dependente	Variáveis predictoras do modelo	Beta	P	R <sup>2</sup> ajustado	F(g;l)p
Sintomas emocionais	Conflito coparental	0,285	0,028*	0,088	F(5;77)=2,576*
Hiperatividade	Acordo coparental	-0,339	0,034*	0,054	F(5;77)=1,931
Dificuldades da criança	Acordo coparental	-0,361	0,021*	0,108	F(5;77)=2,996*
Problemas externalizantes	Acordo coparental	-0,323	0,043*	0,060	F(5;77)=2,051
Problemas internalizantes	Conflito coparental	0,307	0,017*	0,104	F(5;77)=2,913*

Nota: Beta = Coeficiente de regressão padronizado; p = Significância estatística; R<sup>2</sup> ajustado = Coeficiente de regressão ajustado; F = ANOVA; gl = graus de liberdade.

\* p ≤ 0,050; \*\* p ≤ 0,001 \*\*\*p < 0,000.

Os resultados obtidos com a amostra de participantes de famílias casadas indicam um padrão diferente de predição do comportamento da criança por meio da coparentalidade (Tabela 4). O acordo coparental foi um preditor negativo de todos os problemas da criança, exceto dos sintomas emocionais. Houve também outra dimensão positiva da coparentalidade, o reconhecimento da parentalidade da dupla coparental, que se apresentou como preditor negativo dos sintomas emocionais, problemas de relacionamento com os pares e problemas internalizantes da criança. Além disso, nas famílias casadas, os modelos de regressão explicaram 6,8% dos sintomas emocionais da criança, 14,4% dos problemas de conduta, 10,7% da hiperatividade; 13,7% dos problemas relacionados com os pares; 22,9% das dificuldades totais da criança; 7,3% do comportamento pró-social; 16,2% dos problemas externalizantes e 14,8% dos sintomas internalizantes.

**Tabela 4**

*Variáveis coparentais predictoras dos comportamentos da criança estatisticamente significativas na amostra de famílias casadas*

Variável dependente	Variáveis predictoras do modelo	Beta	p	R <sup>2</sup> ajustado	F(g1:g2)
Sintomas emocionais	Reconhecimento da parentalidade da dupla coparental	-0,176	0,020*	0,068	F(5;255)=4,788***
Problemas de conduta	Acordo coparental	-0,298	0,000***	0,144	F(5;255)=9,755***
Hiperatividade	Acordo coparental	-0,289	0,000***	0,107	F(5;255)=7,232***
Problemas de relacionamento com pares	Acordo coparental Reconhecimento da parentalidade da dupla coparental	-0,228 -0,148	0,004** 0,042*	0,137	F(5;255)=9,274***
Dificuldades da criança	Acordo coparental	-0,340	0,000***	0,229	F(5;255)=16,471***
Comportamento pró-social	Acordo coparental	0,194	0,017*	0,073	F(5;255)=5,091***
Problemas externalizantes	Acordo coparental	-0,333	0,000***	0,162	F(5;255)=11,053***
Problemas internalizantes	Acordo coparental Reconhecimento da parentalidade da dupla coparental	-0,210 -0,196	0,007** 0,007**	0,148	F(5;255)=10,040***

Nota: Beta = Coeficiente de regressão padronizado; p = Significância estatística; R<sup>2</sup> ajustado = Coeficiente de regressão ajustado; F = ANOVA; gl=graus de liberdade.

\* p ≤ 0,050; \*\* p ≤ 0,001; \*\*\*p < 0,000.

## Discussão

Este estudo teve como objetivo investigar os efeitos da coparentalidade no comportamento da criança, tanto em famílias casadas quanto em famílias divorciadas. A hipótese do estudo foi parcialmente confirmada, uma vez que a configuração familiar não foi predictor do comportamento da criança. Além disso, os principais resultados encontrados foram: a) o acordo coparental predisse negativamente dimensões de problemas de comportamento infantil em todas as configurações familiares e foi predictor positivo do comportamento pró-social na amostra geral e de famílias casadas; b) o reconhecimento da parentalidade da dupla predisse negativamente os problemas de comportamento somente em famílias casadas; e c) o conflito coparental foi um predictor positivo dos problemas de comportamento infantil na amostra geral e nas famílias divorciadas. Portanto, as dimensões coparentais positivas de Divisão do trabalho e Suporte coparental não se associaram ao comportamento da criança, assim como a dimensão negativa de sabotagem coparental. Destaca-se o papel do conflito coparental como fator de risco ao ajustamento infantil, principalmente em famílias divorciadas, e do acordo coparental como fator

protetivo ao comportamento da criança em detrimento da configuração familiar e do reconhecimento da parentalidade da dupla em famílias casadas.

As dimensões coparentais contribuíram tanto para facilidades como para dificuldades infantis em detrimento do tipo de família. Nesse sentido, conforme indicam dados da literatura, a qualidade do relacionamento coparental é mais relevante para a dinâmica familiar e para o desenvolvimento de seus membros do que o tipo de configuração familiar (Lamela et al., 2016; Souza et al., 2020; Stallman & Ohan, 2016; Weber et al., 2021). Dessa forma, mesmo que o divórcio seja considerado um estressor horizontal inesperado no ciclo de vida familiar, que exige a reconfiguração das relações familiares com novos padrões de convivência, seus impactos negativos podem ser atenuados pela presença de um bom relacionamento coparental (Roseiro et al., 2020; Weber et al., 2021).

A literatura da área aponta dimensões positivas da coparentalidade que atuam como fatores de proteção aos problemas de comportamento dos filhos – apoio coparental (Ambrós et al., 2022), comunicação de apoio (Schrodt & Afifi, 2018), cooperação (Choi et al., 2019; Zhao et al., 2022), integração familiar (Zhao et al., 2022) e acordo coparental (Mosmann et al., 2018). Especificamente no presente estudo, apenas o acordo coparental, na amostra geral, se apresentou como preditor negativo de todos os problemas de comportamento da criança (sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problema com os pares, dificuldades gerais, problemas internalizantes e externalizantes), assim como preditor positivo do comportamento pró-social. Nesse sentido, os achados vão ao encontro da pesquisa nacional de Mosmann et al. (2018), na qual o acordo coparental foi atenuador dos sintomas internalizantes da amostra não clínica de crianças e adolescentes.

A dimensão de acordo, ou cooperação coparental, representa uma importante dimensão positiva da parentalidade como fator de proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, conforme destacado também por outros estudos (Lam et al., 2018; Scrimgeour et al., 2013). A predição da pró-sociabilidade dos filhos pelo acordo coparental é um achado importante, pois o comportamento pró-social é apontado pela literatura como um fator de proteção contra o desenvolvimento de comportamentos agressivos em crianças e adolescentes (Jung & Schröder-Abé, 2019). Além disso, tem associação com desfechos positivos na trajetória desenvolvimental (adaptação escolar, desempenho acadêmico e bem-estar psicossocial) de crianças e adolescentes (Spivak & Durlak, 2016).

Ao analisar, separadamente, as famílias divorciadas, o acordo coparental foi um preditor negativo das dificuldades totais da criança. Assim, o acordo coparental pode ser um fator protetivo da saúde mental infantil, pois quando os pais conseguem ter uma boa comunicação e colaboração, as crianças podem se beneficiar. Isso é indicado no estudo de Herrero et al. (2020), que constatou que a comunicação positiva entre os pais, após a dissolução conjugal, se relaciona indiretamente com menor depressão, ansiedade e agressividade dos filhos, sendo a coparentalidade um fator protetivo para as crianças. Também o estudo de Jiménez-García et al. (2019) constatou menor número de problemas comportamentais em crianças cujos pais divorciados

relataram haver boa comunicação e cooperação coparentais. Além disso, a comunicação coparental de apoio também pode trazer benefícios para a família, independentemente da configuração familiar, por meio do fortalecimento da qualidade da relação entre seus membros (Schrodt & Afifi, 2019).

A coparentalidade como fator protetivo da saúde mental da criança também foi constatada no estudo de Lamela e Figueiredo (2016), que apresentou pesquisas empíricas entre os anos de 2000 e 2014 sobre a relação entre a saúde mental infantil e a coparentalidade após a dissolução conjugal. Os autores encontraram nos estudos mencionados associações positivamente significativas entre as dimensões da coparentalidade (apoio, cooperação e acordo coparental) e o rendimento acadêmico, a autoestima e a saúde mental global da criança. No mesmo sentido, quando os filhos percebem maior aliança parental e mais afetividade dos pais, eles tendem a ter menos sintomas externalizantes, ou seja, maior parceria nas relações parentais com harmonia e equilíbrio pode criar adolescentes e crianças mais saudáveis (Vian et al., 2018).

Ao analisar apenas as famílias casadas, percebe-se que somente as dimensões positivas da coparentalidade predisseram o comportamento da criança. O acordo coparental foi preditor negativo de todos os problemas de comportamento da criança, com exceção dos sintomas emocionais; isso indica que essa dimensão pode ser um fator protetivo para o ajustamento infantil. Ele também teve relação positivamente significativa com o comportamento pró-social; isso mostra que também pode atuar como um fator promotor da socialização do filho, o que vai ao encontro do estudo de Lamela et al. (2016), que encontrou relação entre a coparentalidade positiva e melhores índices de ajustamento psicológico e habilidades sociais da criança. Cabe destacar que, neste estudo, o acordo coparental foi a dimensão com maior poder de predição para o comportamento infantil, independentemente da configuração familiar, o que indica ser um dos fatores de maior relevância para a coparentalidade, mas sobretudo para a saúde mental infantil.

O conflito coparental é considerado um fator de risco para a criança, uma vez que, neste estudo, predisse positivamente o problema de conduta e as dificuldades totais na amostra geral. Esse resultado vai ao encontro de achados de uma consistente meta-análise realizada a partir de dados de 93 estudos empíricos (Zhao et al., 2022). Os autores identificaram que a presença de conflito coparental estava associada a maiores níveis de problemas de internalização e externalização nas crianças. No contexto brasileiro, Mosmann et al. (2017) encontraram que conflitos parentais estavam associados a maiores níveis de comportamentos externalizantes em crianças e adolescentes. Conforme destaca Paula et al. (2015), problemas de conduta podem estar presentes nas crianças que vivenciam o conflito interparental, pois a exposição a ambientes desfavoráveis ou a escassez de resultados positivos ao longo da infância aumentam a probabilidade de desenvolver comportamentos disfuncionais.

O poder preditivo do conflito coparental para as dificuldades totais da criança neste estudo confirma a revisão de evidências feita por Harold e Sellers (2018), que resumiu pesquisas sobre crianças expostas a altos níveis de conflito interparental e em risco de problemas de saúde mental. Os autores destacam que os conflitos interparentais afetam negativamente os resultados

emocionais, comportamentais, sociais, acadêmicos e as relações interpessoais futuras da criança, independentemente de os pais serem casados ou divorciados. Inclusive, a pesquisa de Mosmann et al. (2018) concluiu que, ao discriminar crianças em amostras com sintomas comportamentais clínicos e não clínicos, a força preditora do conflito coparental para os problemas comportamentais manteve-se apenas em pais com filhos da amostra clínica. Isso indica a importância de intervir nos conflitos coparentais, principalmente em populações de crianças com problemas comportamentais. Assim, uma coparentalidade com alto conflito pode ser considerada um fator de risco para o desenvolvimento infantil, uma vez que expõe a criança a um sistema familiar adverso e hostil (Herrero et al., 2020).

O conflito coparental nas famílias divorciadas, no presente estudo, foi preditor positivo dos sintomas emocionais e dos problemas internalizantes das crianças. Esses achados corroboraram a literatura internacional que ressalta as dimensões negativas da coparentalidade como fatores de risco à saúde mental infantil em famílias divorciadas, mesmo na presença de aspectos positivos da coparentalidade (Ambrós et al., 2022). Os conflitos conjugais mal resolvidos podem se relacionar com uma coparentalidade disfuncional (Mendes et al., 2022), de modo que o conflito que existia antes e após a separação conjugal pode permanecer e transpassar para a relação coparental (Koprowski et al., 2020).

Neste estudo, a sabotagem não foi preditora do comportamento infantil em nenhuma das configurações familiares, o que vai de encontro aos resultados de estudos nacionais que identificaram associação entre a sabotagem e os problemas de internalização e externalização dos filhos (Mosmann et al., 2017, 2018). Como a amostra desta pesquisa foi por conveniência, autoaplicada e virtual, é possível que a ausência de poder preditivo da sabotagem coparental sobre os problemas de comportamento da criança tenha sido decorrente de um viés de amostragem, inclusive por uma questão cultural de desejabilidade social em que relatar a presença de conflitos coparentais é mais aceito socialmente do que comportamentos que prejudiquem a parentalidade da dupla coparental.

Neste estudo, o reconhecimento da parentalidade da dupla coparental, nas famílias casadas, predisse negativamente os sintomas emocionais, internalizantes e problemas com os pares. Esse resultado pode indicar que os pais, ao apoiarem a parentalidade do outro, expressam aos seus filhos que sustentam as práticas educativas da sua dupla coparental. Esse achado corrobora o estudo de Mosmann et al. (2017), que encontrou que, na coparentalidade, quanto menos reconhecimento da parentalidade da dupla coparental, mais sintomas emocionais e de comportamento nos filhos. Conforme os autores, essa associação pode ter ocorrido, pois a desaprovação coparental pode provocar tensões expressas de forma implícita ou explícita, que, do mesmo modo, repercutem no comportamento da criança por meio dos sintomas internalizantes ou externalizantes.

### Considerações finais

Este estudo teve por objetivo investigar os efeitos preditores da coparentalidade e da configuração familiar (famílias casadas e divorciadas) para as dimensões comportamentais da criança. Embora se tenha avançado em termos de pesquisa sobre os efeitos da coparentalidade no comportamento de crianças em diferentes configurações familiares, esse tema ainda não foi completamente explorado, principalmente no âmbito nacional. A partir dos resultados obtidos, foi possível constatar que, no presente estudo, a configuração familiar não foi preditora do comportamento da criança. Isso sugere que o modo como a coparentalidade é vivenciada afeta mais o comportamento da criança do que a configuração familiar em que ela se encontra (Schrodt & Afifi, 2019).

Em relação à coparentalidade e seus efeitos no comportamento da criança, o acordo coparental foi a dimensão com maior poder de predição para o comportamento infantil em todas as configurações familiares, atuando como um fator protetivo para o desenvolvimento da criança. Na amostra geral, o acordo predisse negativamente todos os problemas de comportamento da criança e positivamente o comportamento pró-social. O conflito coparental atuou como fator de risco para o comportamento infantil ao predizer positivamente as dificuldades gerais e os problemas de conduta das crianças na amostra geral.

Nas famílias divorciadas, o acordo coparental manteve o seu papel de preditor negativo da hiperatividade, das dificuldades gerais e dos problemas externalizantes, ao passo que o conflito coparental foi a dimensão que predisse positivamente os sintomas emocionais e os problemas internalizantes, enquanto nas famílias casadas, o acordo coparental foi preditor negativo de todos os problemas de comportamento infantil, exceto dos sintomas emocionais, e preditor positivo do comportamento pró-social. Ademais, a dimensão de reconhecimento da parentalidade da dupla coparental predisse negativamente os sintomas emocionais, os problemas de relacionamento com os pais e os problemas internalizantes das crianças, somente nas famílias casadas. Talvez o reconhecimento da parentalidade da dupla coparental não tenha aparecido nas famílias divorciadas, pois esses pais provavelmente não residem mais na mesma casa, o que dificulta observar a execução da função parental do outro.

Percebe-se que a coparentalidade influencia o desenvolvimento infantil, uma vez que pode contribuir tanto para a promoção de problemas de comportamento quanto para o desenvolvimento do comportamento pró-social infantil. A partir dos resultados deste estudo, é possível identificar as diferenças e as semelhanças dos efeitos da coparentalidade no comportamento das crianças de famílias casadas e divorciadas. Mesmo que a dinâmica coparental repercuta diferentemente nas crianças dessas configurações familiares, o acordo coparental foi a única variável que predisse os problemas de comportamento em todas as amostras, mostrando ser um elemento necessário para o desenvolvimento infantil mais saudável. A negociação e a concordância entre os pais sobre a criação, a rotina, as metas e os comportamentos da criança trazem coerência familiar, que repercute positivamente na criança. De mesmo modo, pode-se pensar que o conflito coparental repercute negativamente no comportamento infantil, pois a criança, ao

presenciar discussões, brigas ou conversas hostis entre os pais, não possui elementos psíquicos necessários para lidar com a situação.

Cabe destacar que estes resultados permitem dar subsídio para a implementação de intervenções e políticas públicas que auxiliem os pais a exercer uma coparentalidade de qualidade, independentemente da configuração familiar, com foco principal no acordo coparental e no gerenciamento dos conflitos como medidas de promoção da saúde mental familiar. Isso porque a revisão de literatura de Carvalho et al. (2022) aponta que programas de intervenção em coparentalidade apresentaram eficácia na melhoria da qualidade da relação coparental ao longo do tempo ao atenuarem os conflitos e promoverem maior apoio coparental. Além disso, as intervenções na coparentalidade de famílias biparentais devem considerar também a dimensão de reconhecimento da parentalidade da dupla coparental no programa interventivo, focando, principalmente, as dimensões positivas da relação coparental, em vista dos resultados positivos para o desenvolvimento infantil.

Sobre as limitações deste estudo, houve uma diferença considerável da quantidade de famílias divorciadas em comparação às famílias casadas participantes do estudo, e apenas um informante, ou seja, a pesquisa foi realizada com apenas uma figura parental da criança. Ainda é importante destacar que os homens continuam a ser minoria quando se trata de pesquisas sobre o contexto familiar. Algumas pesquisas, como a revisão sistemática de Ambrós et al. (2022) e as revisões de literatura de Coltro et al. (2020) e Samdan et al. (2020), também demonstraram a predominância de mães nas amostras dos estudos relacionados ao contexto familiar. Portanto, sugere-se realizar pesquisas futuras com delineamento de estudo de caso controle com foco no tipo de configuração familiar e gênero parental.

Com relação à escolaridade, a maioria dos participantes declarou ter pós-graduação, fator que pode ser considerado um viés da presente pesquisa. Uma das possíveis explicações para esse viés é que a coleta de dados foi realizada durante a pandemia de Covid-19, e precisou ser via *on-line*, o que pode ter prejudicado o acesso a pessoas com níveis mais baixos de escolarização e/ou em situação de vulnerabilidade.

Torna-se relevante que pesquisas futuras tenham como objetivo verificar como a coparentalidade muda após o divórcio e com qual frequência. Também pode-se investigar se há diferença na coparentalidade entre as famílias divorciadas com diferentes tipos de regime de guarda dos filhos, como a compartilhada e a unilateral, visto que a literatura atual ainda é escassa e internacional (Steinbach, 2023), além de pesquisar possíveis associações com outras variáveis parentais importantes para o desenvolvimento infantil, como parentalidade, conjugalidade e saúde mental dos pais. Recomenda-se também a realização de pesquisas com métodos qualitativos para complementar os dados quantitativos, no sentido de aprofundar a compreensão sobre a dinâmica familiar tanto em casais em união estável, em processo de separação ou divorciados. Ainda, futuros estudos podem ampliar o conhecimento dessas variáveis em outras configurações familiares, como famílias adotivas, famílias homoafetivas, famílias monoparentais (quando uma

só pessoa assume a parentalidade do filho, podendo ser pais viúvos, solteiros e/ou divorciados), famílias com filhos com desenvolvimento atípico etc.

Espera-se que este estudo contribua com os profissionais da saúde mental na identificação de novos subsídios para a compreensão dos efeitos da coparentalidade no desenvolvimento infantil, bem como para o desenvolvimento de intervenções que favoreçam o funcionamento adequado do subsistema coparental em todas as configurações familiares.

### Referências

- Ambrós, T. M. B., Coltro, B. P., Vieira M. L., & Lopes, F. M. (2022). Coparentalidade e comportamento da criança no contexto do divórcio: Uma revisão sistemática. *Psicologia: Teoria e Prática*, 24(1), 1–25. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPHD14268.pt>
- American Psychiatric Association. (2013). *Manual diagnóstico e estatístico de perturbações mentais: DSM-5*. Artmed.
- Backes, M. S., Becker, A. P. S., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistemica*, 27(61), 66–81. <https://doi.org/10.38034/nps.v27i61.417>
- Baltar, C. T., & Omizzolo, J. A. (2020). Participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro de 2014 a 2019. *Textos de Economia*, 23(1), 1–17. <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e71522>
- Campbell, C. G. (2023). Two decades of coparenting research: A scoping review. *Marriage & Family Review*, 59(6), 379–411. <https://doi.org/10.1080/01494929.2022.2152520>
- Carvalho, T. R., Barham, E. J., Souza, C. D., Böing, E., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). Cross-cultural adaptation of an instrument to assess coparenting: coparenting relationship scale. *Psico-USF*, 23(2), 215–227. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230203>
- Carvalho, T. R., Guerra, L. L. de L., de Santis, L., & Barham, E. J. (2022). Programas de intervenção em coparentalidade: Uma revisão sistemática da literatura. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 40(2), 1–17. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.10330>
- Choi, J. K., Parra, G., & Jiang, Q. (2019). The longitudinal and bidirectional relationships between cooperative coparenting and child behavioral problems in low-income, unmarried families. *Journal of Family Psychology*, 33(2), 203. <https://doi.org/10.1037/fam0000498>
- Coltro, B. P., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2020). Relações entre parentalidade e apoio social: Revisão integrativa de literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1), 1–26. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>
- Favez, N., Widmer, E. D., Frascarolo, F., & Doan, M. T. (2019). Mother-stepfather coparenting in stepfamilies as predictor of child adjustment. *Family Process*, 58(2), 446–462. <https://doi.org/10.1111/famp.12360>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3, 95–131. [https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302\\_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)
- Feinberg, M. E., Brown, L., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain, self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, 12(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Fidelis, D., Heinen, M., Mosmann, C. P., Falcke, D., & Schaefer, J. R. (2022). Relações entre conjugalidade, parentalidade e coparentalidade em famílias com crianças. *Cadernos de Psicologia*, 2(2), 16–16.
- Fleitlich, B., Cortázar, P. G., & Goodman, R. (2000). Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ). *Infanto-Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência*, 8(1), 44–50.
- Gil, A. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa (5a ed.). Atlas.
- Goodman, R. (1997). The strengths and difficulties questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(5), 581–586. <http://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1997.tb01545.x>
- Goodman, R. (2001). Psychometric properties of the strengths and difficulties questionnaire. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 40(11), 1337–1345. <http://doi.org/10.1097/00004583-00011000-00015>
- Harold, G. T., & Sellers, R. (2018). Annual research review: Interparental conflict and youth psychopathology: An evidence review and practice focused update. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 59(4), 374–402. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12893>
- Hentges, R. F., Devereux, C., Graham, S. A., & Madigan, S. (2021). Child language difficulties and internalizing and externalizing symptoms: A meta-analysis. *Child Development*, 92, e691–e715. <https://doi.org/10.1111/cdev.13540>
- Herrero, M., Martínez-Pampliega, A., & Alvarez, I. (2020). Family communication, adaptation to divorce and children's maladjustment: the moderating role of coparenting. *Journal of Family Communication*, 20(2), 114–128. <https://doi.org/10.1080/15267431.2020.1723592>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2016). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira* (pp. 1–146). Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estatísticas do Registro Civil* (pp. 1–10). Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registrocivil.html>
- Jiménez-García, P., Contreras, L., & Cano-Lozano, M. C. (2019). Types and intensity of postdivorce conflicts, the exercise of coparenting and its consequences on children. *Revista Iberoamericana de Psicología Y Salud*, 10(1), 48–63. <https://doi.org/10.23923/j.riips.2019.01.025>
- Jung, J., & Schröder-Abé, M. (2019). Prosocial behavior as a protective factor against peers' acceptance of aggression in the development of aggressive behavior in childhood and adolescence. *Journal of Adolescence*, 74(1), 146–153. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2019.06.002>
- Karberg, E., & Cabrera, N. J. (2020). Children's adjustment to parents' breakup: The mediational effects of parenting and coparenting. *Journal of Family Issues*, 41(10), 1810–1833. <https://doi.org/10.1177/0192513X19894347>
- Knafo-Noam, A. (2015). Prosocial Behavior: Synthesis. In R. E. Tremblay, M. Boivin, R. de V. Peters (Eds.), *Encyclopedia on Early Childhood Development*. <http://www.child-encyclopedia.com/prosocial-behaviour/synthesis>
- Koprowski, A. H., Galindo, G. S. P., & Gomes, L. B. (2020). Conflito conjugal e sistema parental: Uma revisão da literatura integrativa nacional. *Pensando Famílias*, 24(2), 15–31. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000200003)
- Lam, C. B., Tam, C., Chung, K. K. H., & Li, X. (2018). The link between coparenting cooperation and child social competence: The moderating role of child negative affect. *Journal of Family Psychology*, 32(5), 692. <https://doi.org/10.1037/fam0000428>
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2016). Coparenting after marital dissolution and children's mental health: A systematic review. *Jornal de Pediatria*, 92(4), 331–342. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2015.09.011>
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. E. (2016). Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children's psychological adjustment. *Child Psychiatry and Human Development*, 47(5), 716–728. <http://dx.doi.org/10.1007/s10578-015-0604-5>
- LeRoy, M., Mahoney, A., Pargament, K. I., & DeMaris, A. (2013). Longitudinal links between early coparenting and infant behaviour problems. *Early Child Development and Care*, 183(3–4), 360–377. <https://doi.org/10.1080/03004430.2012.711588>
- Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2019). Dimensões negativas da coparentalidade e sintomas internalizantes: A regulação emocional como mediadora. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(e35nspe12), 1–9. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe12>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & Oliver, P. H. (2004). Links between marital and parent-child interactions: Moderating role of husband-to-wife aggression. *Development and Psychopathology*, 16(3), 753–771. <https://doi.org/10.1017/S0954579404004766>
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points for coparenting theory and research. *Journal of Adult Development*, 11(3), 221–234. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035629.29960.ED>
- McHale, J. P., & Sirotkin, Y. S. (2019). Coparenting in diverse family systems. In M. H. Bornstein (Ed.), *Being and becoming a parent. Handbook of parenting* (Vol. 3, pp. 137–166). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429433214-4>
- Mendes, J. A. A., Almeida, M. P., & Melo, G. V. L. R. (2022). Percepção de pais/mães separados(as) sobre guarda e convivência durante a pandemia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 38, 1–15. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38424.pt>

- Mosmann, C. P., Costa, C. B., Einsfeld, P., Silva, A. G. M., & Koch, C. (2017). Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: Associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 34(4), 487–498. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000400005>
- Mosmann, C., Costa, C. B. D., Silva, A. G. M. D., & Luz, S. K. (2018). Filhos com sintomas psicológicos clínicos: Papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade. *Temas em Psicologia*, 26, 429–442. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.1-17Pt>
- Murphy, S. E., Jacobvitz, D. B., & Hazen, N. L. (2016). What's so bad about competitive coparenting? Family level predictors of children's externalizing symptoms. *Journal of Child and Family Studies*, 25(5), 1684–1690. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0321-5>
- Paula, C. S., Coutinho, E., Mari, J., Rohde, L., Miguel, E., & Bordin, I. (2015). Prevalence of psychiatric disorders among children and adolescents from four Brazilian regions. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 37(2), 178–179. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2014-1606>
- Pfattheicher, S., Nielsen, Y. A., & Thielmann, I. (2022). Prosocial behavior and altruism: A review of concepts and definitions. *Current Opinion in Psychology*, 44, 124–129. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.08.021>
- Puhlman, D. J., & Pasley, K. (2013). Rethinking Maternal Gatekeeping. *Journal of Family Theory & Review*, 5, 176–193. <https://doi.org/10.1111/jftr.12016>
- Raley, R. K., & Sweeney, M. M. (2020). Divorce, repartnering, and stepfamilies: A decade in review. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 81–99. <https://doi.org/10.1111/jomf.12651>
- Roseiro, C. P., Paula, K. M. P. D., & Mancini, C. N. (2020). Estresse e enfrentamento infantil no contexto do divórcio parental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 55–71. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i2p.55-71>
- Samdan, G., Kiel, N., Petermann, F., Rothenfußer, S., Zierul, C., & Reinelt, T. (2020). The relationship between parental behavior and infant regulation: A systematic review. *Developmental Review*, 57, 100923. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2020.100923>
- Schrodt, P., & Afifi, T. D. (2018). Negative disclosures and feeling caught mediate coparental communication and mental health. *Personal Relationships*, 25, 480–496. <https://doi.org/10.1111/pere.12256>
- Schrodt, P., & Afifi, T. D. (2019). Venting to unify the front: Parents' negative relational disclosures about their children as mediators of coparental communication and relational quality. *Journal of Family Communication*, 19(1), 47–62. <https://doi.org/10.1080/15267431.2018.1531006>
- Scrimgeour, M. B., Blandon, A. Y., Stifter, C. A., & Buss, K. A. (2013). Cooperative coparenting moderates the association between parenting practices and children's prosocial behavior. *Journal of Family Psychology*, 27(3), 506–511. <https://doi.org/10.1037/a0032893>
- Souza, F. M., Fiorini, M. C., & Crepaldi, M. A. (2020). Coparentality and parental involvement in binuclear families: Systematic literature review. *Atualidades En Psicologia*, 34(129), 119–140. <https://doi.org/10.15517/ap.v34i129.35334>
- Spivak, A. L., & Durlak, J. (2016). School Intervention and Prosocial Behaviour. In R. E. Tremblay, M. Boivin, R. de V. Peters (Eds.), A. Knafo-Noam (Topic Ed.), *Encyclopedia on Early Childhood Development* (pp. 27–32). <https://www.child-encyclopedia.com/prosocial-behaviour/according-experts/school-intervention-and-prosocial-behaviour>
- Stallman, H. M., & Ohan, J. L. (2016). Parenting style, parental adjustment, and co-parental conflict: Differential predictors of child psychosocial adjustment following divorce. *Behaviour Change*, 33(2), 112–126. <https://doi.org/10.1017/bec.2016.7>
- Staudt, A. C. P., & Wagner, A. (2019). A experiência da guarda compartilhada dos filhos: Uma revisão integrativa. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, 64(3), 107–132.
- Steinbach A. (2023). Coparenting as a mediator between physical custody arrangements and children's mental health. *Family Process*, 00, 1–15. <https://doi.org/10.1111/famp.12844>
- Vian, M., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2018). Repercussões da conjugalidade em sintomas internalizantes e externalizantes em filhos adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, 1–9. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e34431>

- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A experiência da coparentalidade na guarda compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957>
- Zhao, F., Wu, H., Li, Y., Zhang, H., & Hou, J. (2022). The association between coparenting behavior and internalizing/externalizing problems of children and adolescents: A meta-analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(16), 1–19. <https://doi.org/10.3390/ijerph191610346>

### Contribuição de cada autor na elaboração do trabalho

**Tatiane M. B. Ambrós:** Coleta de dados e escrita

**Fernanda M. Lopes:** Co-orientação e revisão

**Tamires D. Santos:** Coleta de dados e escrita

**Carolina D. Souza:** Análise estatística e revisão

**Mauro L. Vieira:** Orientação e revisão

#### EQUIPE EDITORIAL

##### Editora-chefe

Cristiane Silvestre de Paula

##### Editores associados

Alessandra Gotuzo Seabra

Ana Alexandra Caldas Osório

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

##### Editores de seção

###### “Avaliação Psicológica”

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Juliana Burges Sbicigo

Natália Becker

Lisandra Borges

###### “Psicologia e Educação”

Alessandra Gotuzo Seabra

Carlo Schmidt

Regina Basso Zanon

###### “Psicologia Social e Saúde das Populações”

Enzo Banti Bissoli

Marina Xavier Carpena

Daniel Kveller

###### “Psicologia Clínica”

Ana Alexandra Caldas Osório

Carolina Andrea Ziebold Jorquera

Julia Garcia Durand

###### “Desenvolvimento Humano”

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Rosane Lowenthal

###### Artigos de Revisão

Jessica Mayumi Maruyama

###### Suporte técnico

Davi Mendes

Maria Gabriela Maglio

#### PRODUÇÃO EDITORIAL

##### Coordenação editorial

Surane Chiliani Vellenich

##### Estagiária Editorial

Isabelle Callegari Lopes

##### Preparação de originais

Hebe Ester Lucas

##### Revisão

Mônica de Aguiar Rocha

##### Diagramação

Acqua Estúdio Gráfico